

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIAS**

ENRICO BELTRÃO

**NACIONALIDADE, IDENTIDADE E CIDADANIA NO DIREITO ROMANO
UMA ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA NA REPÚBLICA TARDIA E IMPÉRIO
INICIAL**

**JOÃO PESSOA
2019**

ENRICO BELTRÃO

**NACIONALIDADE, IDENTIDADE E CIDADANIA NO DIREITO ROMANO
UMA ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA NA REPÚBLICA TARDIA E IMPÉRIO
INICIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas,
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientadora: Profa. Maria Lígia Malta de Farias

JOÃO PESSOA
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A345n Albuquerque, Enrico Braga Beltrao de.
NACIONALIDADE, IDENTIDADE E CIDADANIA NO DIREITO ROMANO
UMA ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA NA REPÚBLICA TARDIA E
IMPÉRIO INICIAL / Enrico Braga Beltrao de Albuquerque.
- João Pessoa, 2019.
49 f.

Orientação: Maria Lígia Malta de Farias.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Direito Romano. 2. História do Direito. 3.
Cidadania. 4. Nacionalidade. I. de Farias, Maria Lígia
Malta. II. Título.

UFPB/CCJ

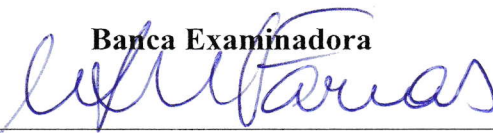
FOLHA DE APROVAÇÃO
ENRICO BRAGA BELTRÃO DE ALBUQUERQUE

NACIONALIDADE, IDENTIDADE E CIDADANIA NO DIREITO ROMANO
UMA ANÁLISE HISTÓRICO-JURÍDICA NA REPÚBLICA TARDIA E IMPÉRIO
INICIAL

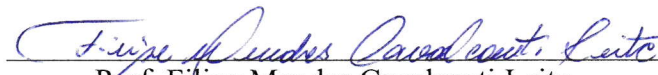
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Monografia aprovada em 14 de maio de 2019

Banca Examinadora



Profa. Maria Lígia Malta de Farias(Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba



Prof. Filipe Mendes Cavalcanti Leite
Universidade Federal da Paraíba

Profa. Raquel Moraes de Lima
Universidade Federal da Paraíba

Dedico este trabalho primeiramente à minha família, em face de seu apoio incondicional a esta minha mais ousada empreitada, a saber, a educação, assim como aos amigos e professores, que contribuíram, em seus respectivos modos, à minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir e analisar a evolução histórica da cidadania romana no período da República Tardia e Império Inicial. Levar-se-á em consideração os fatores políticos e históricos à época que motivaram as novas percepções jurídicas acerca do instituto em tela. Ademais, será investigado como tal evolução conceitual da cidadania impactou a visão própria de identidade romana, culminando no Édito de Caracala, assim como os demais institutos e divisões do direito romano, de forma a cristalizar a dicotomia *jus civile* e *jus gentium* além dos novos direitos e obrigações trazidos pela posse da cidadania e a quem se aplicava nos vastos territórios romanos.

Palavras-chave: Direito Romano, História do Direito, Cidadania, Nacionalidade.

ABSTRACT

The present work has the intended goal of discussing and analyzing the historical evolution of roman citizenship in the Late Republic and Early Empire period. Historical and political factors that gave rise to the new legal perceptions concerning citizenship will likewise be considered. Furthermore, this paper shall investigate how such conceptual understanding changes affected what roman identity, culminating on the Edict of Caracalla, as well as the other institutes and divisions within roman law, cementing the *jus civile* and *jus gentium* dicotomy besides the new rights and obligations encompassed by owning citizenship and to whom those applied in the vast roman territories.

Keywords: Roman Law, Legal History, Citizenship, Nationality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 DIREITO ROMANO	10
2.1 <i>JUS CIVILE</i>	10
2.2 <i>JUS GENTIUM</i>	12
2.3 <i>JUS HONORARIUM</i>	16
2.4 PROCESSO ROMANO	18
2.4.1 PROCESSO ATRAVÉS DAS <i>LEGIS ACTIONES</i>	19
2.4.2 PROCESSO FORMULAR	23
2.4.3 PROCESSO EXTRAORDINÁRIO	25
2.5 EXECUTORIEDADE	26
3 CIDADANIA ROMANA	31
3.1 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CIDADÃO ROMANO	31
3.2 AQUISIÇÃO DA CIDADANIA ROMANA	33
4 NACIONALIDADE, IDENTIDADE E <i>ENFRANCHISEMENT</i>.....	35
4.1 REFORMAS DE TIBÉRIO E CAIO GRACO	36
4.1.1 TIBÉRIO GRACO	37
4.1.2 CAIO GRACO	38
4.2 GUERRA SOCIAL	40
4.3 ÉDITO DE CARACALA	42
5 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

O estudo do direito romano tem como inerente singularidade a obrigação de se destrinchar sua inafastável heterogeneidade histórica, fazendo uso das muitas vezes contraditórias fontes primárias e demasiadamente parciais fontes secundárias a analisá-las *a posteriori*.

Ocorre que antes mesmo de se compreender suas estruturas, seus ditames, os centros de poder que o construíram, deve-se fazer questionamentos mais profundos, mais basilares, diga-se, sobre quem de fato eram os romanos, se tal nomenclatura se aplicava ao mesmo grupo de pessoas e territórios em um mesmo período de tempo, se era uma denominação flexível e quem poderia dizer sê-lo e o que, conseqüentemente, isso implicava nos olhos do direito romano e do estudo histórico-jurídico.

Os romanos, a despeito de todas suas conquistas de cunho militar, deixaram um legado, é arguível, muito mais significativo, impactante e duradouro, através da elaboração de seu emaranhado normativo jurídico eficiente e, aqui jaz o cerne da questão, a garantia ao acesso da jurisdição a enormes populações anteriormente em estado de total *disenfranchisement*.

Através do direito e da ampliação paulatina de acesso a seus institutos por cidadãos e, de maneira certamente limitada, mas presente, a estrangeiros não romanos habitantes das províncias da república e império, Roma foi capaz de atingir um nível de representação e participação democrática que nem mesmo a versão idealizada da democracia ateniense foi capaz (BEARD, 2017, p.32).

Tal ampliação de seu, ressalta-se, de forma nem sempre pacífica, havendo conflitos senatoriais e militares por muitas vezes para sedimentar o deliberado em lei. Episódios como as reformas dos irmãos Graco e a Guerra Social ou Italiana envolveram análises internas profundas por parte do *establishment* político romano acerca de como acomodar novos povos em seu domínio e a necessária redefinição entre eles e o Estado para fins de permanente estabilidade.

Estudar-se-á com enfoque a incidência dos fatos relevantes supramencionados no período da República Tardia, pós-Terceira Guerra Púnica (146 a.C.) ao Império Inicial, findando-se com a *Constitutio Antoniniana* de 212 d.C.. Geograficamente o enfoque será a

Itália em si, incluindo Roma e seus aliados *socii* e as províncias, em especial mediterrâneas, com a delineação devida da classe de habitantes abordada.

O objetivo de se analisar o direito e cidadania romana nesse período é de poder mais aprofundadamente se identificar os motivos ensejadores das mudanças profundas no Estado e cidadania. O fato é que após os acontecimentos da Terceira Guerra Púnica e com a subsequente anexação de territórios ultramarinos, que continuaria até Trajano, em 117 d.C., criou-se uma *forcing function* a pressionar a política romana na direção de encontrar formas de pacificar os novos territórios, atraindo as elites e populações locais a aceitar a autoridade republicana e imperial.

A temática deste trabalho, pois, é de que a relação entre a concessão gradual mas consistente da cidadania romana a novas populações e classes tem relação causal com seu expansionismo no período em tela e que noções de direito, cidadania e identidade romana estão muito mais interligados do que se presume.

Ao se analisar os desenvolvimentos políticos da segunda metade do século II a.C. e integralidade do século I a.C., como se fará, é possível observar uma relação mais clara dessa assertiva. O *jus gentium*, anteriormente, enquanto modalidade consuetudinária flexível capaz de resolver litígios corriqueiros, foi se demonstrando insuficiente enquanto mecanismo de resolução de disputas e a inquietação e sensação de falta de representação política e acesso a institutos cada vez mais essenciais de direito civil como contratos comerciais e questões sucessórias se tornava cada vez mais presente.

Nesse sentido, será sistematicamente trabalhado e examinado, de início, as divisões tradicionais do direito romano (*jus civile*, *jus gentium* e *jus honorarium*) e sua evolução histórica, assim como suas modalidades de processo. Para tanto, também se destacará a relação dos institutos lá presentes e sua possibilidade ou não de acessos por cidadãos e estrangeiros.

Também há de se dissertar acerca da cidadania romana propriamente dita e suas características, como era adquirida, quais direitos e obrigações ela concedia, como mudou durante o período em tela e além.

Por fim, com fulcro no conteúdo anterior, se analisará os movimentos concretos de postulação de expansão do acesso à cidadania romana e de *enfranchisement* (garantia de participação política) como um todo. Será apontada a natureza desses eventos, seus autores,

participantes, escopo geográfico e de tempo, assim como a profundidade e permanência de seus efeitos.

O presente trabalho, portanto, gira em torno dessa problemática, buscando destrinchar, através de análise histórico-jurídica, os elementos fundamentais do direito romano e o contexto de sua construção, o instituto da cidadania romana, sua evolução histórica, sua relação com conceitos de nacionalidade e identidade e os acontecimentos históricos pontuais ou recorrentes que motivaram tais mudanças.

2 DIREITO ROMANO

Para se entender o processo evolutivo da égide político-cultural romana, assim como sua estrutura jurídica com os respectivos direitos e deveres de seus cidadãos, impera entender, *ab initio*, como basilarmente opera o direito romano, suas divisões e a aplicabilidade de suas determinações ao longo do tempo em tela.

Decerto, um Estado pautado na “coisa pública” e não apenas nos ditames absolutos monárquicos, puxa para si a necessidade de desenvolver uma ampla gama legislativa que possa dar previsibilidade e estabilidade ao sistema, fazendo com que as peças fundamentais permaneçam no seu devido lugar e a soberania do Estado devidamente exercida.

O jurisconsulto romano Gaio, em sua obra *Institutas*, propõe então um entendimento sistemático acerca do direito romano. Distingue, nessa seara, o direito civil(*jus gentium*), aplicável aos cidadãos romanos, do direito das nações(*jus gentium*), chamado ocasionalmente por ele também de direito natural(*jus naturale*) e, por fim, do chamado direito dos magistrados(KASER, 2011,p.63).

Explora-se tais divisões do direito romano.

2.1 *JUS CIVILE*

O *jus civile* ou direito quiritário consistia no corpo de direito aplicável aos cidadãos romanos. Para certos autores como Ulpiano, não seria inteiramente distinto do *jus gentium* ou *jus naturale*, mas também seria algo independente, existente para se adequar às necessidades do Estado e do povo romano(MARKY, 2010, p.13).

Era, portanto, o *jus civile*, o conjunto de normas jurídicas criado, baseado na razão natural, para se adjudicar disputas entre cidadãos romanos. Permitia que o cidadão agisse de modo a provocar a jurisdição competente, em sede de proteção de seus direitos, fossem eles de posse, propriedade, sucessórios ou conflitos familiares. Deveria, em seguida, haver a segurança de executoriedade, impedindo arbitrariedades(HARRIES, 2006, 185).

Também gerava grande senso de orgulho, como denotado em escritas jurídicas romanas da época, o senso de um “direito-cidadão”, sendo uma supremacia, em tese, da força

sóbria da lei, ao enraizado sentimento de qualquer possível tirania de inspiração semi-monárquica.

Em tempos primeiros de Roma, teria a classe sacerdotal papel central na interpretação e aplicação do direito. Antes de um momento mais racionalista, republicano e consuetudinário, numa sociedade mais marcada por misticismo, os sacerdotes eram incumbidos de carregar a missão de interpretar a vontade divina em assuntos de Estado assim como na execução da justiça na vida civil.

O direito romano, destarte, não nasceu da noção de justiça, mas brotou da ideia de religião, e não podia ser concebido fora desse ângulo. O direito nada mais era do que uma das faces da religião. Sem comunidade de religião não podia haver comunidade de lei. (COULANGES, 1961, p.154).

As regras do *jus civile* eram especiais pois evoluíram para adquirir origem esclarecida, prévia e previsível, diferente não só de outros ordenamentos jurídicos da época, mas de outras áreas integrantes do direito romano como um todo, conforme disciplina Thomas Marky:

Também havia distinção entre *jus civile*, de um lado, e *ius honorarium*, de outro. A distinção baseava-se na diversidade de origem das respectivas regras. O *ius honorarium* era o direito elaborado e introduzido pelo pretor, que, com base no seu *imperium* (poder de mando), introduzia novidades, criava novas regras e modificava substancialmente as antigas do *ius civile*. Essas regras, contidas no edito, eram as do *ius honorarium*, do direito pretoriano. Em contraposição, as regras do *ius civile* provinham do costume, das leis, dos plebiscitos e, mais tarde, também dos *senatus-consultos* e constituições imperiais. (MARKY, 2010, p. 15)

Trata-se de um direito perpetuado oralmente, tutelando primeiramente os direitos da classe patricia, quase que integralmente dotada de cidadania, com fontes escritas complementares, a serem abordadas posteriormente.

O procedimento no *jus civile* era iniciado com a fase *in iuri*. Fase na qual o processo era levado perante um magistrado, com a presença obrigatória das partes, sendo permitido inclusive o uso da força por parte do autor para levar o réu à sessão. O magistrado então ouviria a postulação do autor e defesa do réu com o fito de determinar se o autor possuía a *actio*, ou seja, causa de agir, ou previsão na lei, não podendo ser extinguido o processo sem uma análise do mérito.

Caso prosseguisse, apontada a *actio*, era estabelecido a *litiscontestatio*, sendo delimitado o objeto do litígio. As partes, de tal forma, comprometiam-se com o processo até sua conclusão e a não resistir a execução integral da sentença proferida.

A segunda fase do processo era a *in iudicium*, ocorrendo diante do juiz ou árbitro, livremente apontados pelas partes. Período demasiadamente formal, inteiramente oral, também com comparecimento obrigatório, havendo colheita de provas, debate entre as partes e, por fim, o proferimento da sentença perante o julgador.

2.2 *JUS GENTIUM*

Diferentemente do *jus civile*, que regia relações entre cidadãos romanos apenas, o *jus gentium*, ou direito das nações, regulava a relação jurídica de Roma com os povos não romanos sob seu domínio, tornando-se cada vez mais essencial ao se adentrar no período aqui trabalhado, da República tardia, haja vista o supramencionado engrandecimento territorial e, por conseguinte, o exercício de soberania sobre uma população não-romana diuturnamente acrescida.

Jaz presente no Digesto de Justiniano, em seu título inicial, a definição de Gaio acerca do *jus gentium* e sua alusão ao fulcro natural:

Em todos os povos que são regidos pelas leis e pelos costumes, serve-se tanto do direito que lhes é próprio, como do direito que é comum a todos os homens. Com efeito, o direito que cada povo estabeleceu entre todos os homens é um regra segundo a qual todos observam igualmente e se chama direito das gentes, na medida em que é o direito que todas as nações se servem (*IUSTINIANUS IMPERATOR. Corpus Iuris Civilis. ed. Krueger e Mommsen. Berlim: Weidmann, 1908. Digesto, 1, 1, 9*).

O *jus gentium*, dessa forma, consistia no conjunto jurídico e de costumes aceito por Roma enquanto aplicável à sua população não-romana destituída de cidadania, quando em relações entre tais indivíduos, ou entre não-romana e romanos (DE MACEDO, Borges, 2010, p. 5). Restava a jurisdição, nesses casos, com o *praetor peregrinus*.

Incidia guiado por três princípios fundamentais: a boa-fé nas relações jurídicas (*bona fide*), a equidade entre as partes (*aequitas*) e a prevalência do consenso entre as vontades num contrato. Formava-se, de certa forma, em contraposição ao formalismo do *jus civile*, que

podia arcar com tal rigidez, vale ressaltar, observando que, novamente, tutelava relações de uma população diminuta de romanos cidadãos.

Há, de certo modo, uma interpretação dualística do *jus gentium*, de um lado sendo percebido enquanto uma espécie de direito natural, pautado na razão humana e de aplicação universal e de outro como o ordenamento jurídico abrangente que se desenvolveu na transição de Roma enquanto cidade-estado ao seu formato republicano tardio e imperial.

Não são interpretações mutuamente exclusivas ou estritamente delineadas, mas geralmente falando, considera-se o *jus gentium* parte do Direito Romano. Tanto é que, em seu aspecto procedimental, era patente o uso de cortes romanas, com juristas romanos, de forma que pode-se entendê-lo mais facilmente talvez como um corpo positivo de direito internacional privado construído com fundamentos universalistas de direito de cunho natural e racional(CÍCERO, 1969, p.150).

Apesar do caráter abrangente de seus institutos, o “direito das nações” romano tinha uma utilidade especial comercial de grande importância. Tratados prévios que regiam relações comerciais entre Roma e Estados outros, assim como a adjudicação de disputas entre nacionais de ambas entidades, foram sendo paulatinamente substituídos pela flexível prática consuetudinária, com aceleração palpável após o segundo século a.C., na República tardia.

Institutos e transações como a *traditio*, *occupatio* e *manumissio*, com base em sua presença de modo análogo em outros ordenamentos de Estados vizinhos, foram incorporados ao *jus gentium*, homogeneizando e simplificando um *jus commercium* mediterrâneo vibrante e inclusivo(COLISH, 1985, p.150).

Destaca-se também, em exemplos do século III d.C., já na Roma imperial, de casos de retenção de direito ao acesso à procedimentos e transações legais por pessoas que haviam perdido cidadania com base em sua deportação. Tais indivíduos eram permitidos a fazer uso dos institutos do *jus gentium*, como qualquer outro romano ou não-romano com relações comerciais bem estabelecidas com romanos.

O *jus gentium*, contudo, possui diferenças de cunho significativo com o direito internacional, não obstante suas semelhanças. Regia relações de indivíduos, romanos ou estrangeiros, em qualquer vertente de relação, porém estavam todos sob a tutela jurisdicional de Roma enquanto Estado, sendo, pois, uma diferenciação interna, um direito *intra gentes*, não *inter gentes*(SCHILLER, 1978, p.527).

A figura do *praetor peregrinus*, nesse sentido, a partir de 242 a.C., responsável por ministrar as relações do *jus gentium*, dava primazia à matéria sobre a forma, ao acordo *de facto*, não à tradição e sua necessária coerção *de jure*. O fato sendo que comunidades diferentes, com costumes e tradições diversas, cada vez mais em contato político e comercial dado expansionismo romano, tornavam imprescindível o desenvolvimento justamente de uma linguagem jurídica capaz de fluidamente gerir e pacificar as relações diversas existentes e nascentes entre os povos, não podendo presumir a capacidade orgânica de interações consuetudinárias descentralizadas.

O *jus gentium*, ademais, ao longo de sua construção, apesar de rejeitar a adoção de normas jurídicas externas à Roma, foi capaz de fazer juridicamente o que Roma fez politicamente: assimilar, integrar e usar as diferenças em seu favor (BEARD, 2017, p.167).

Foi introduzido, então, o *jus aequum*, uma reinterpretação normativa que visava a universalização da comunicação legal, em desfavor de uma ordenação mais simples e formal como no *jus civile*, dado seu inerente caráter multicultural e plurilinguístico, facilitando de tal modo a resolução de disputas.

Restava enquanto sustentáculo do conceito a noção de *bona fides*, fidelidade com a palavra expressa. A boa-fé desempenhava papel essencial na segurança jurídica em relações comerciais e interpessoais. Juntavam-se ainda, enquanto alicerces, ao princípio da boa-fé, as noções de patronato, *amicitia* e *hospitium*.

Não à toa surgem comparações constantes ao direito natural, haja vista a natureza anti-positiva, pode-se dizer, ou ao menos de distanciamento da letra da lei, do *jus gentium*, assim como a tentativa e provado sucesso em universalizar paulatina mas eficientemente o acesso à jurisdição romana em todos os ambientes civilizados do Mediterrâneo, que um por um, foram sendo incorporados ao sistema romano.

O *jus gentium*, apesar de não estritamente corresponder a um sistema de direito internacional na concepção moderna, com a presença de uma jurisdição supranacional que se pretende coercitiva, com sujeitos de direito estatais (e organismos com personalidade própria) que interagem entre si, corresponde a um introdutório mas essencial passo no estabelecimento de uma extensa rede normativa *intra gentes* em tese mas internacional na prática, se desconsiderado o caráter de jurisdição singular, justificando as reiteradas comparações e assertivas entre essas searas do direito.

Hugo Grócio, por exemplo, um dos postuladores e teóricos iniciais a formatar o direito internacional, segue a visão tripartite do direito romano, de Ulpiano, dividindo este em *jus civile*, *jus gentium* e *jus naturale*, sendo o *jus gentium* um direito das nações, assim como *jus non scriptum civile* ou direito consuetudinário (GRÓCIO, 1625, p.88).

Assim o descreve com base nos escritos de Cícero, onde percebe que as necessidades da vida legal romana, especialmente comerciais, não mais se viam satisfeitas sob a antiga modalidade formal, positiva e estrita do *jus civile*, ou do direito “da cidade”, ao observar o padrão demográfico e migratório dos territórios adquiridos, especialmente na Itália, que rapidamente se urbanizava no período da República tardia.

Ulpiano, ainda, descreve, em contrapartida a Gaio, o *jus gentium* enquanto *jus commune*, sendo não apenas o direito das gentes mas sua combinação com o direito natural, sendo tudo aquilo não correspondente ao direito civil, direito comum. Seria, também, imutável, o *jus gentium*, como o direito natural, desconsiderando gravemente talvez o contexto histórico da evolução do *jus gentium* e seu fundamento estrutural na experiência dos povos que regem e geram, de maneira retroalimentar, os costumes que subsidiam a existência do direito das gentes.

Por fim, a despeito das qualidades universalistas do *jus gentium*, impera dissertar sobre seus limites, em que pese o *enfranchisement* dos romanos e, particularmente, não-romanos, destituídos de cidadania.

Certos poderes e prerrogativas eram consideradas mais “romanas” que outras, a serem acessadas por romanos, em seu *stricto sensu*. Os institutos descritos, barrados a estrangeiros, principalmente aqueles que não só não possuíam cidadania romana, mas a modalidade análoga de garantia de direitos em seu Estado de origem, encontravam-se majoritariamente no direito privado romano (SCHILLER, 1978, p.529).

Searas como o *jus commercii* eram de uso limitado a não-romanos, de forma que situações de transferência de propriedade por suas partes ou contratos legalmente válidos possuíam apenas reconhecimento legal e executoriedade com base na boa-fé, não através do Estado romano e da modalidade de transferência do *mancipatio*, de postulação exclusiva a cidadãos romanos.

Os *peregrinus*, outrossim, como eram descritos os indivíduos de baixa classe, de origem não-romana habitantes das regiões das províncias periféricas no Império inicial, até o Édito de Caracala em 212, reservavam apenas os mais básicos direitos assegurados pelo *jus*

gentium. Podiam somente possuir *conubium*, ou um contrato de casamento romano, em hipóteses excepcionais. Dessa forma, outras questões de direito de família tinham caráter dificultado quando tratando de uma relação entre *peregrinus* e romanos, mais ainda com cidadãos. Formava-se, logo uma relação familiar desigual, onde direitos de propriedade, matrimoniais e de sucessão pendiam integralmente em seu desfavor.

2.3 *JUS HONORARIUM*

Jus honorarium ou direito dos magistrados, também referido como *jus praetorium* ou direito dos pretores, é um desenvolvimento jurídico oriundo do *jus civile*(GARDNER, 1993, p.187).

Autores como Gaio e Papiniano divergiam quanto ao *standing* do direito honorário no direito romano. Para Gaio, os magistrados, pretores e seus editos faziam parte do sistema do *jus civile*, tanto que inclui tais editos como fontes de direito civil em suas “Institutas”(GAIO, 1908, p.59). Papiniano, por outro lado, considerava o *jus honorarium* enquanto aquele introduzido pelos pretores para auxiliar, suplementar ou emendar o *jus civile*, para o bem público. Também indicava o caráter de honra do direito pretoriano, face a terminologia adotada de direito “honorário”.

Tem como fonte o direito gerado pelos pretores, através de seus editos. Pretores, não sendo confundidos com magistrados, aquele sendo espécie deste. Magistrado era a nomenclatura usada para descrever oficiais romanos eleitos, incluindo posições como o *censor*, *quaestor* e os próprios cônsules, com exceção de posições como os da Tribuna da Plebe, já que eram eleitos por plebeus e independentes dos magistrados. Tinham como poder além dos derivados de sua função o de vetar ações e decisões de magistrado de poder igual ou inferior.

Os pretores, destarte, apesar de certas prerrogativas executivas, tinham incumbências preponderantemente judiciárias. Alçados na posse de *potestas* e *imperium*(poder e autoridade), deliberavam acerca de matérias jurídicas de *jus civile*, no caso do *praetor urbanus*(criado em 367 a.C.) e de *jus gentium*, no caso do *praetor peregrinus*(introduzido posteriormente, em 241 a.C.).

Adquiria o ofício ao ser eleito, devendo ser escolhido entre os jurisconsultos mais antigos e notórios, para um mandato, assim como dos cônsules, de um ano. No período

imperial, entretanto, a posição, assim como demais outras, atingidas via eleições populares, foram transformadas em indicações políticas por parte do imperador ou de administradores representantes, munidos de autoridade imperial.

Era o eixo inicial do processo, o pretor, fazendo análise de admissibilidade da demanda, examinando a viabilidade de seu prosseguimento, se estava em acordo com as normativas relativas à forma e pedido, subsequentemente julgando-o ou, alternativamente, repassando-o para outro juiz, togado e não eleito, de posição inferior, que, com os subsídios oferecidos pelo pretor, na forma de um roteiro ou guia, elencando os pontos principais do processo e os limites da demanda, julgaria o mérito da matéria(MARKY, 2010, p.12).

Juntamente ao poder julgador, o pretor possuía a prerrogativa de promulgar editos, normas de cunho legal com publicação anual, não sendo, todavia, leis no sentido estrito. Com base na existência dessa modalidade legislativa por parte dos pretores, certos juristas entediam o *jus honorarium* como uma amálgama das visões de Gaio e Papiniano. Seria, pois, um conjunto de normas jurídicas criadas por pretores que complementava o *jus civile*, sendo “a voz viva do direito civil”.

Da mesma maneira que o *jus gentium* evoluiu historicamente para complementar lacunas na cobertura normativa das relações com povos estrangeiros sob jurisdição romana, o direito pretoriano cumpre o mesmo papel em que pese o preenchimento de lacunas na legislação civil que regia o direito *inter* romanos.

Tanto os pretores *urbanus* como os pretores *peregrinus* tinham que interpretar o caso concreto com base num cada vez mais antiquado, rígido, formal e de certa forma ultrapassado emaranhado legislativo romano, baseado nas Doze Tábuas e na produção normativa do Senado, incapaz de acompanhar as constantes novas demandas do direito romano, de quaisquer natureza.

Os editos então, tornaram-se uma válvula de escape, uma forma de produção de normas jurídicas por parte do “Judiciário” romano.

Desta feita, apesar de ser limitado à duração anual do pretor que o publicou, os editos costumavam ser adotados pelos pretores dos anos subsequentemente, assegurando estabilidade e previsibilidade aos seus ditames. Garantia também a possibilidade de inovações jurídicas, podendo novos editos abordarem questões então hodiernas, engajando as demandas presentes, tornando-se, os editos, quase tão incidentes e permanentes, na prática, quanto a própria legislação.

A legislação romana e o *jus civile* como um todo, se assumido como ramo distinto do *jus honorarium*, conquanto, em situação hipotética de conflito ou antinomia com as previsões normativas de editos, tomaria precedência e prevaleceria. Mesmo restando claro as contribuições do direito pretoriano, o direito civil continuava a ocupar posição central na vida jurídica romana.

Na acepção do período imperial, houve a supramencionada substituição dos pretores pelos juizes apontados pela administração executiva. Surgiu, então, o *jus novum* ou *jus extra ordinem*, o “novo direito”, a fim de suplantar o direito honorário.

Os procedimentos judiciais e natureza da decorrência do processo também foram alterados, com novas modalidades de tribunais imperiais e oficiais, nascendo o *cognitio extra ordinem*, o “novo processo”, que visava refletir a política e vontade imperial.

O *jus novum* representou o crescente envolvimento de autoridade imperial em matérias de direito privado romano, incidindo em todos tipos de matéria da área, como o direito de família, herança e sucessão e por assim em diante, culminando na *Constitutio Antoniniana*, de Caracala, de 212 d.C.

2.4 PROCESSO ROMANO

O processo no direito romano passou por várias fases ao longo de sua história, da mesma forma que questões materiais, a resposta ou descrição do teor de um processo judicial é passível de grande variação, existindo a transição de um sistema primeiramente simples e baseado em costumes e confiança em indivíduos patriarcais e dotados de confiança social a um sistema mais burocrático, previsível e reconhecível.

Havia, contudo, certos pontos comuns na maior parte de sua existência. O juiz, por via de regra, era apontado pelas partes ou ao menos tinha sua imparcialidade assumida e reconhecida (JOLOWICZ, 1967, p.144). As partes, por sua vez, tinham papel ativo no decorrer do processo, intimando a parte demandada, devendo aquela obrigatoriamente, ao ser citada, comparecer aos procedimentos judiciais, caso se recusasse podendo ser compelida por força de determinação do juiz ou magistrado superior.

Como dito, a natureza do processo romano mudou ao longo do tempo, acompanhando as mudanças contundentes passadas pela sociedade e civilização romana. Identificam-se, pois, três espécies de processo: a *legis actiones*, modalidade inicial e mais antiga do processo

romano, o processo formular, presente a partir de meados de 300 a.C. e por toda a República Tardia e, finalmente, o processo extraordinário, incidente a partir do período do Império Inicial.

2.4.1 PROCESSO ATRAVÉS DAS *LEGIS ACTIONES*

Analisa-se, *ab initio*, as ações da lei ou *legis actiones*, que tomava seu nome por serem declarações de direito realizadas perante um magistrado e, segundo Gaio, por sua concepção original ser baseada nas *leges* ou leis, uma vez que ainda não existiam os pretores e sua prática de promulgação de editos

Constituíam a forma original e mais antiga do processo no direito romano. Podiam ser ajuizadas suas ações pelo *paterfamilias* ou chefe da família, para ou postular o reconhecimento de um direito ou para execução de sentença oriundo de julgamento prévio. Preleciona nesse sentido Cruz e Tucci & Azevedo:

As ações da lei se consubstanciavam em instrumentos processuais exclusivos dos cidadãos romanos visando à tutela de seus direitos subjetivos previstos no *vestuto jus quiritarium*. (CRUZ e TUCCI&AZEVEDO, 2013, p.53)

Não quer dizer, todavia, que a única fonte aplicável nas ações da lei fossem as leis, devendo-se lembrar do contexto histórico no qual esta forma de processo está inserido, em tempos primeiros de Roma, anteriores à sua expansão mediterrânea, fazendo uso, portanto, também de disposições consuetudinárias, passadas geração após geração e tendo papel de reconhecida importância.

Nas *legis actiones* se vê o processo romano em seu caráter mais preponderantemente privado, dando início às características que seriam duradouras, qual seja, exemplifica-se, a escolha do juiz pelas partes, sendo apenas extinta essa faculdade com o vindouro império, que prezava por um direito transparente e público (HORVAT, 2002, p. 176).

Tinha como características basilares sua natureza de processo judicial, sendo pois submetida a um exame imparcial dos fatos por um terceiro juiz, caráter legal, sendo sujeita a tal interpretação com subsídios eminentemente jurídicos, como as leis, costumes e princípios e, por fim, eram processos de cunho deveras formal, certas vezes ritualísticos, devendo se observar regras rígidas relativas à performance de gestos, falas e pronúncia de posicionamentos.

Entre as suas abordadas peculiaridades, a mais notória é seu aspecto demasiadamente formalista. Presente em um tempo de misticismo e desenvolvimento ainda raquítico do que viria ser o sofisticado emaranhado sistema racional, seguro e previsível do direito romano, as ações da lei eram preocupadas de forma desproporcional com o atento estrito à exteriorização ou verbalização de vontades e ditames obrigatórios ritualísticos, sendo supostamente possível uma parte perder um litígio simplesmente por desatentar e descumprir um dos ritos demandados. Ritos tais que poderia ser previstos em documentos ou normas jurídicas ou mesmo meramente costumeiros.

O processo das ações da lei era então um desenrolar de atos e ritos públicos, oralmente apresentados e testemunhados, com a alegação fática e direito material pelas partes a fim de adquirir o reconhecimento legal (CRUZ e TUCCI&AZEVEDO, 2013, p.56).

Nos termos da Lei das XII Tábuas, fonte essencial de direito em Roma, o processo das *legis actiones*, incluindo modalidades a serem ainda analisadas no presente trabalho, teria início com a provocação da jurisdição. Significa que a parte demandante deveria ir à parte demandada, direcionar a ela a *verba certa* (conjunto formal de palavras obrigatórias) e chamá-la a comparecer pessoalmente à corte, restando então a parte ré ciente, citada e portanto obrigada a litigar. Caso desobedecesse a determinação legal implícita pós-citação, a parte demandante tinha o direito de coagir a parte demandada a anuir e participar dos atos do processo.

Nas ações da lei, havia um processo bifásico, dividindo-se na fase *in iure* e na *apud iudicem*. Na fase *in iure*, o magistrado se envolvia, analisando a natureza e fatos do caso, delimitando o escopo, atividades das partes e os limites da sentença, informando das possíveis ramificações legais. Já na parte *apud iudicem*, estava presente o juiz escolhido pelas partes que daria a decisão do caso, após estudar as alegações e sua correspondência com os fatos. Após fazê-lo, com sustentáculo nos insumos jurídicos de direito e provas produzidas, era proferida a *sententia*.

A respeito das provas que ajudariam a informar a sentença, eram admitidas o juramento, confissão e o testemunho, restando na prova testemunhal, na prática, o principal meio de corroborar os fatos alegados, podendo ser trazidos como testemunha qualquer cidadão livre do sexo masculino que houvesse presenciado o fato ou negócio jurídico em disputa.

Por ser administrado o processo por juízes leigos e cidadãos, havendo um alto grau de confiança e participação social, era aceito quando se chegava a uma situação de decisão irrecorrível, relativamente comum apesar da garantia da dupla instância, onde o magistrado apreciaria mais uma vez o caso, dando uma determinação então não apenas de guia e delimitação mas de fato e direito.

Acerca das espécies de ações da lei, existiam cinco, novamente ou declarativas de direito ou com fins executivas. Eram declarativas a *legis actio per sacramentum*, *iudicis postulatio* e *condictio*. Já as ações de execução eram a *manus iniectio* e a *pignoris captio*(ALVES, 1991, P.212).

A *legis actio per sacramentum* era uma ação de origem antiga, anterior à Lei das XII Tábuas, sendo considerada a primeira modalidade de processo no direito de Roma e se aplicando de forma ampla a todos aqueles tipos de processo onde não fosse necessário um processo especial.

Era uma espécie de aposta jurada frente ao julgador com o fito de reinvidicar coisa, direito ou crédito, que, ao receber o litígio e observar as provas apresentar, declarava um *sacramentum*, determinando qual das partes possuía o direito a ser reconhecido.

O *iudicis postulatio* surgiu posteriormente à *legis actio per sacramentum*, sendo criado pela Lei das XII Tábuas. Tratava-se de um pedido realizado pela parte autora ao magistrado, para que ele escolhesse um juiz para arbitrar a lide.

Era ajuizada em sua maior parte em casos de partilha de bens de herança ou em disputas comerciais e creditícias, uma vez que não era necessário apenas um reconhecimento de direito por parte do juiz leigo a aplicar a legislação existente, mas também a medição e avaliação técnica do conjunto patrimonial e pecuniário objeto de disputa.

A *condictio* tem origem cronológica incerta, apesar de se saber de sua criação pela *Lex Silia*, com o fito de cobrar valores pecuniários em débito, assim como, tempos depois, coisa certa devida.

Constituía também uma ação inerentemente mais célere, por qual motivo era ocasionalmente preferível à *legis actio per sacramentum*. O autor buscava apenas, então, ter reconhecido seu direito de crédito.

Vale ressaltar ainda que o processo envolvendo ação de *condictio* podia ser finalizado se realizado um juramento pela parte demandada, sem a necessidade de se prosseguir para novas fases ou receber uma sentença.

A *manus iniectio*, já enquanto ação de execução, não de declaração ou reconhecimento de direito, visava a materialização e confirmação dos ditames de sentença prévia ou situação jurídica prevista em lei de caráter autoevidente.

Significava o pleiteio de poder, perante uma situação de descumprimento de dívida e inabilidade de pagá-la ou recusa em reconhecê-la, a parte demandante utilizar privativamente de meios coercitivos e fisicamente forçosos a compelir a parte demandada a cumprir com suas obrigações jurídicas

Possui evolução histórica curiosa, tendo duas formas, uma anterior à Lei das XII Tábuas e outra após. Antes à lei, na Monarquia e República Inicial, era uma ação que, caso julgada procedente, tinha efeitos radicais. A parte demandante poderia, se o devedor não pagasse a dívida ou encontrasse um fiador que o fizesse, “conduzir” forçosamente a parte demandada à residência do autor, prendendo-a até que se chegasse a um acordo dos termos de quitação. Caso perdurasse a inadimplência, a parte autora tinha o direito de executar o devedor ou vendê-lo como escravo. Após a Lei das XII Tábuas houve um processo decerto civilizatório, onde os efeitos da ação foram amenizadas, porém ainda bastante severos, de modo que a parte demandante tinha a faculdade apenas de coagir o devedor com o fim de forçá-lo a trabalhar até sua quitação.

A *pignoris capio*, finalmente, era uma espécie de penhora, onde a parte credora se apossava de um ou diversos bens da parte devedora inadimplente, como forma de garantia do pagamento. Não podia, contudo, dispor dos bens tomados, era apenas uma medida com fim determinado.

Era vedada também a venda dos bens, dado que a tomada à força do bem já era considerada punição adequada ao delito do inadimplemento. O objetivo, de fato, era o constrangimento da parte devedora, em especial em uma sociedade como a romana, onde a palavra e costumes tinha grande importância.

Diferentemente das outras ações da lei, a *pignoris capio* não requeria a presença da parte demandada, juiz ou magistrada. Era uma medida inerentemente extrajudicial que visava o posterior reconhecimento da “execução” realizada de modo privado.

2.4.2 PROCESSO FORMULAR

O processo formular corresponde a uma nova forma de resolução de disputas, desenvolvida a partir do século III a.C. e incidindo essencialmente por todo o restante período republicano (BERGER, 1953, p.112).

É responsável pela emergência da figura do pretor e por substituir as então cada vez mais arcaicas ações da lei, desfeita a obrigatoriedade exacerbada de ritualística processual. As partes, no processo formular não mais tinham a necessidade de gesticular, falar ou simbolizar sob a pena de, em erro, serem desfavorecidas e até perderem a lide.

A substituição das *legis actiones*, imagina-se, não se deu de forma repentina, mas paulatina. Há a possibilidade quase certa de as *legis actiones* e o processo formular, consequentemente tenham coexistido.

Corresponde também a uma fase de formalização dos litígios. O formalismo ritualístico foi deixado de lado, substituído pelo uso de fórmulas, documentos confeccionados pelo magistrado e enviados ao juiz do caso concreto. O processo, então, passa a adquirir um formato escrito, não mais somente oral.

No processo formular, a parte autora levava suas demandas perante o magistrado, simples e diretamente. Ele analisaria a matéria do litígio e aceitaria ou não o ajuizamento da ação, fazendo um juízo de admissibilidade, para se utilizar de um termo da doutrina atual. Caso fosse aceita a propositura da ação, as partes eram encaminhadas ao *iudex*, que receberia a fórmula, onde constava os fatos principais do caso e o escopo da execução de sua resolução vindoura.

A fórmula, ademais, continha, além dos elementos em escrito do litígio, cinco componentes: a demonstração, onde se apontava a causa, a intenção, onde se apontava a pretensão da parte demandante, a adjudicação, que elegia ao juiz de fato do caso os poderes de proferir sua sentença em favor de um dos lados e, por fim, a condenação, o poder do juiz de condenar ou absolver.

Quanto à estrutura do processo, era iniciado através do *edere formulam* ou aviso informal, realizado pela parte demandante à parte demandada, no entanto anterior à citação formal, a *in ius vocatio*. Dispõe Max Kaser acerca do procedimento:

Perante o magistrado e na presença do demandado, o autor apresenta o pedido que pretende tornar objeto do processo e requer ao magistrado a concessão de uma determinada *actio*(KASER, 2011, p.439)

O magistrado então permitiria o *iudicium* e era responsável pela fórmula, que, como visto, elencaria as questões principais do litígio a serem tratadas, a indicação do juiz do caso restando ao fim.

Ao fim do litígio, sendo apresentadas as provas das partes e ouvidas suas declarações, o juiz proferia a *sententia*, fazendo-o de forma oral e presencial, perante as partes, sem a necessidade dos antigos gestos e falas obrigatórias das ações da lei.

A decisão era responsável por determinar o dever ser envolvendo a condenação, constituição ou declaração requerido pela parte autora ou negada a ela. Era, outrossim, irrecorrível, tendo efeitos imediatos(KASER, 2011, p. 462).

É incerto o conhecimento acerca da existência de recursos contra a *sententia*, entretanto, são identificados medidas, em *lato sensu*, de impugnação com o fim de reexame da sentença. Enumera-se, no caso, medidas de cunho excepcional como a *intercessio*, a *revocatio in duplum* e a *restitutio in integrum*.

Por meio da *intercessio*, um magistrado hierarquicamente igual ou superior àquele que proferiu a sentença determina o impedimento, através de um veto, anulando quaisquer efeitos executivos. Pela *revocatio in dupum*, a parte demandada buscava anular a sentença mas se seu pedido de anulação fosse negado, deveria arcar com o dobro do valor da condenação original. Já a *restitutio in integrum* consistia em um pedido da parte desfavorecida que o status jurídico da coisa julgada voltasse ao correspondente ao período anterior à sentença e seus efeitos produzidos.

Sua execução também era mais simples e, importantemente, impessoal(MARKY, 2010, p.22). A antiga traumática *manus iniectio* das *legis actiones*, por exemplo, onde a parte credora possuía o direito de fisicamente coagir a parte devedora a adimplir e puni-la de forma capital frente à recusa, foi substituída pela *actio iudicati*, processo de execução formal sobre a parte desfavorecida. Havia ainda a execução nos moldes do *bonorum venditio*, onde era executado todo o patrimônio do devedor e a *distractio bonorum*, a execução sobre quantia parcial do patrimônio do devedor.

2.4.3 PROCESSO EXTRAORDINÁRIO

Assim como as *legis actiones* foram substituídas de forma lenta e não abrupta pelo processo formular, o processo extraordinário inicialmente coexistiu e finalmente suplantou o uso das fórmulas e de seu formato processual como um todo, totalmente após a constituição imperial de 342 d.C., sem mais vigor (CRETELLA, 1995, p.317).

Talvez a inovação principal esteja na posição do julgador, não mais um juiz particular, escolhido pelas partes, mas sim um togado, indicado pelo Estado, com a deriva de seus poderes pelo Imperador.

É marcado o processo extraordinário por crescente intervenção estatal nas relações da vida privada. Tornaram-se os litígios matérias de preocupação pública, com uma arquitetura fundamentalmente burocrática, formal e de autoridade derivada das estruturas de poder do Estado, ao invés da autonomia das partes.

Em virtude dessa reorganização estrutural e de bases, foi desenvolvido um sistema público amplo de resoluções de disputas, com taxas específicas para financiar a atividade do *iudex*, o julgador, qual seja uma espécie de propedêutica gama de custas judiciais a assegurar a possibilidade de realização dos trâmites processuais cujos custos eram inerentemente maiores.

A tramitação em si, porém, tornou-se um processo mais moroso e complicado, em contraposição ao sistema de fórmulas, que era direto, simples e com baixo dispêndio pecuniário, mas que realizava sua função.

No processo extraordinário, devido à interpenetração das funções do juiz e magistrado, anteriormente inexistente, houve também crescente dificuldade em se interpor recursos de rápida apreciação.

Outra diferença importante é observável já no começo do processo. A citação era realizada *ex officio*, pelo juiz do caso, não mais pela parte demandante à parte demandada, diretamente. Destaca-se a mais tardia criação da *litis denuntiatio* que regulamentaria a citação, para que fosse feita através de uma petição.

O processo, então, ocorria não mais em ambiente públicos, com debates ou até gestos simbólicos dos períodos então mais remotos, mas no *secretarium*, ambiente privado onde o juiz e demais funcionários estatais auxiliares guiariam os trâmites e alegações das partes e seus advogados, todos também presentes.

A *litis contestatio*, no processo extraordinário, adquire forma e substância diferente, consistindo em uma indicação pela parte demandante dos fatos do caso, a serem analisados pelo juiz.

As deliberações e procedimentos escritos também ganham mais primazia, podendo ser substituídos diversos procedimentos orais por documentos escritos. As provas também podiam ser apresentadas documentalmente, não mais testemunhas tendo importância superveniente *a priori* sobre os demais tipos e o juiz deveria interpretá-las como determinado por normas prévias, não só com discricionariedade.

O processo, em sua forma extraordinária, era findado após a sentença do juiz estatal, lido, assim como a formular, em língua latina ou grega, perante as partes, com termos inalteráveis.

No período imperial, era patente o nascimento de cada vez mais tipos de recurso. Ao se entender a sua estrutura hierárquica, construiu-se a prática de utilizar a *appellatio*, um pedido de nova interpretação do caso, por um magistrado superior ao magistrado-juiz que havia prolatado a sentença inicial.

Era realizada após leitura da sentença pelo magistrado-juiz ou, como se trata do processo extraordinário, através de requerimento por escrito, em prazos determinados em normas *ad hoc*. Caso descumprido o prazo de apelação, a sentença adquiria então força executiva.

2.5 EXECUTORIEDADE

Ao se aprofundar nas diferentes esferas do direito romano, imprescindível é o entendimento não só de suas disposições legislativas e estrutura judiciária, mas da aplicabilidade e executoriedade de decisões judiciais e sua evolução no tempo.

Deve-se, para se entender como se dava o desenrolar da execução de sentenças, saber identificar e distinguir as diferentes fontes do direito romano, as já abordadas no presente trabalho e suas similares.

Em suas “Institutas”, Gaio elenca como fontes de direito: as leis(*leges*), plebiscitos, as constituições imperiais, editos dos magistrados, posicionamentos doutrinários de juristas e, por fim, *senatusconsulta*(GAIO, 1908, p.34)

As leis em estrito senso(*leges*), como visto anteriormente, eram a principal fonte jurídica romana, sendo utilizada em relações entre cidadãos romanos, em relações regidas pelo *jus civile* e possuíam primazia em situações de antinomia com disposições de outras fontes. Os plebiscitos, por sua vez, eram decisões coletivas de plebeus, com poder coercitivo sobre cidadãos e não-cidadãos e tinham como objeto principal matérias de cunho de direito privado. As constituições imperiais incidiam em províncias e, muitas vezes, para populações específicas das províncias, como os cristãos, já decisões imperiais ou decretos eram aplicáveis a toda a população provincial. Os editos de magistrados, como já apontado, eram documentos legais com validade anual e eficiência renovável por parte do subsequente magistrado, podendo dispor sobre relações de romanos, não-romanos e cidadãos, dependendo da instância do magistrado. O *senatusconsulta*, por fim, eram conselhos ou opiniões oficiais senatoriais que podem ser posteriormente transformadas em leis como espécies ligeiramente comparáveis de Medida Provisória, com a diferença principal que era o *senatusconsulta* oriundo do Legislativo e o poder de confirmá-lo restando com o magistrado.

O direito romano, independentemente de suas conquistas relativas à uniformização e universalização da jurisdição, jamais alcançou clareza hierárquica entre suas fontes e sobre como, em situações de conflito, com algumas exceções, quais dispositivos haveriam de ser aplicados. Chegou-se ao ponto em que no Império Inicial era de altíssima complexidade a identificação em momento de interpretação de caso concreto se legislação romana, decretos senatoriais ou ditames imperiais estariam em níveis diferentes, no mesmo, ou qual deveria prevalecer(ALEXANDER, 2006, p.240).

No mesmo sentido, não havia, como nos tempos modernos, uma identificação ou determinação cronológica da legislação, desde uma *vacatio legis* à própria duração da vigência das normas de suas respectivas origens.

Frente a essa questão, o direito foi se construindo, nos períodos de crescente complexidade da República Tardia e Império Inicial, para, por conta própria sanar essas lacunas. Da mesma forma que os editos dos magistrados produziam o *jus honorarium*, complementando e dando suporte e correção a defasadas positivamente do *jus civile*, em situações de conflito hierárquico de normas se estabeleceu a prática de consulta a magistrados ou governadores e demais membros do executivo e judiciário hierarquicamente acima, para que pudessem avaliar o conflito e esclarecer a lei aplicável, apontando a correta maneira, de

forma fundamentada, na medida do possível, de dar seguimento ao processo e à resolução da disputa.

Crescente uso costumeiro de consultas hierárquicas, combinados com o inerente “arbitrário” poder de *imperium* dos magistrados acabaram por lentamente gerar sensação de injustiça e insegurança jurídica, temperado apenas pelo senso romano de justiça e predisposição cultural e histórica em aceitar normas de natureza de costume, não existindo talvez, tamanho apreço pelo sistema por parte dos habitantes não-romanos das províncias.

Ao teorizar acerca dos porquês da queda da república em Roma, o historiador Hebert Georg Wells leciona como segue:

A razão essencial do seu desastre esteve em não sustentar ou manter a unidade. Nos primeiros estágios, seus cidadãos, tanto patrícios quanto plebeus, tinham certa tradição de justiça e de boa-fé e de lealdade à lei e de confiança na perfeição da lei para todos os cidadãos; a república se manteve e se sustentou graças a essa crença na importância da lei e do seu cumprimento até perto do primeiro século a.C..(WELLS, 1970, p.102-103)

A fim de se compreender tal entendimento, há de se entender os poderes assegurados aos magistrados e pretores, relativos à execução das sentenças proferidas. Consequentemente, *ab initio*, tem-se que os julgadores romanos detinham prerrogativas demasiadamente abrangentes, muito mais que qualquer jurisdição democrática moderna.

Em vez de se ater a um código processual civil, com determinações claras sobre o dever ser da execução, os magistrados retinham a liberdade de independente e unilateralmente a ação dos oficiais da justiça, quais direitos seriam garantidos à parte executada e o aspecto temporal da finalização do processo.

Comportamento esse era ainda mais usual nas províncias, pois poderia ser objeto de intervenção política ou judicial superior, como visto anteriormente, ditames judiciais, incluindo os da fase de execução, podendo surgir casos onde cidadãos ou não-cidadãos bem conectados poderiam influenciar o andamento e a isonomia do processo quando esse ocorresse em zonas urbanas densas.

Governadores provinciais, por exemplo, eram considerados as mais altas autoridades judiciais regionais. Restava neles a faculdade de, ao receber processos ou pedidos de inquérito de juízes locais, dar ou não seguimento, redistribuí-lo ou arbitrariamente enterrá-lo com sustentáculo qualquer. Situações também onde habitantes cidadãos das províncias

tivessem necessidade de peticionar à Roma, acerca de questões que apenas lá poderiam ser apreciadas, como uma sustentação perante o Senado ou, posteriormente, o Imperador, os governadores davam a palavra final(WELLS,1970, p. 112).

Havia, finalmente o incentivo de licitude questionável por parte dos governadores de, ao impedir o esclarecimento de questões jurídicas regionalmente ou que fossem passadas ao seu foro adequado na capital, poderiam angariar poderes interpretativos e poder político.

Isso posto, é imperioso analisar a sentença propriamente dita e como se dava seu proferimento e execução posterior. O juiz, como sabido escolhido pelas partes, ou pretor hierarquicamente superior quando aquele não se sentisse apto ou detentor do conhecimento requerido, encerrava o processo com sua decisão, dada em latim ou grego, após análise sobre os fatos do caso. A sentença era lida às partes, não sendo, após isso, passível de mudança em seu conteúdo. Deveria ser inclusive dotada da maior clareza possível, como consta no *Corpus Juris Civiles* de Justiniano, sua compilação pós-queda do Ocidente, afirmando categoricamente a noção que “a sentença do juiz deve, sempre que for possível, versar sobre quantia certa em dinheiro, ou sobre coisa certa, ainda mesmo que a ação tenha tido por objeto quantidade incerta”(IUSTINIANUS, 1908, p.265-266).

Quanto aos recursos, observa-se seu crescente uso na medida que o direito em Roma foi adquirindo sua forma interpretada hoje de complexidade e habilidade no manuseio de construção de estruturas burocráticas.

A chamada *appellatio*, ou apelação, era um recurso processual, onde a parte desfavorecida possuía a prerrogativa de rogar por uma reinterpretação dos fatos materiais e procedimentais do caso, por parte de um magistrado hierarquicamente superior ao que teria julgado. O recurso devia ser interposto com fins de impugnação da sentença, após sua leitura pelo juiz, diante dele, ou por escrito nos prazos existente no respectivo período em tela, podendo, teoricamente, ser reintroduzido e subir hierarquicamente até chegar à atenção da autoridade máxima dos cônsules e, subsequentemente, no império, do Imperador.

Caso a parte desfavorecida não apelasse no prazo legal devido ou sua apelação fosse declarada improcedente, a sentença prolatada de “primeira instância” tomaria força executiva, devendo ser, logo, aplicada.

O escopo de sua aplicação era amplo, podendo atingir tanto os bens materiais, patrimoniais do réu ou parte, como sua própria pessoa, que, se recusasse dar cumprimento à

sentença, ou impedisse sua realização, era sujeito à prisão em centros públicos de detenção, prisões primordiais.

A execução especificamente patrimonial tratava da penhora de bens da parte ré e sua venda em leilões públicos, sendo repassado o valor devido ao credor e, qualquer restante de volta ao devedor.

O procedimento de execução como um todo, diferentemente de povos menos civilizados da época, era supervisionado e sua implementação garantida não pela parte vencedora, mas pelo juiz independente e isonômico, dotado de confiança e poderes públicos para assim fazê-lo.

3 CIDADANIA ROMANA

A *civitas* ou cidadania romana era um status legal cuja posse determinaria a disponibilidade ou não do acesso à jurisdição romana por inteiro, incubindo, em contrapartida, obrigações adicionais ao detentor, envolvendo serviços cívicos e militares assim como tributação mais intensa (SMITH, 1875, p.291-293)

Era adquirida por nascimento se ambos os pais fossem cidadãos romanos, com a possibilidade da mãe não possuir cidadania, mas um *connubium* ou contrato de casamento com um cidadão.

Será examinado então no que consistia possuir a *civitas*, quais seriam os direitos concedidos e obrigações oriundas de sua posse e como seu conteúdo evoluiu ao longo do espaço e tempo.

3.1 DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CIDADÃO ROMANO

Várias eram as diferenças jurídicas entre o cidadão e os demais. É imperativo determinar o que significava ser um cidadão romano.

O sufrágio pode ser indicado como o direito basilar primeiro do cidadão romano, de votar na Assembleia para os diversos ofícios públicos como da Magistratura e para o Senado, com a ressalva de que o voto era proporcional à riqueza e que os plebeus cidadãos somente adquiriram esse direito no século III a.C.. O direito de ser votado, assim como votar, se fazia presente (CROOK, 1967, p.43).

Judicialmente, o cidadão romano poderia acessar o *jus civile*, com todas suas modalidades de ação legal acessíveis. Um direito essencial, por exemplo, era o *jus provocationis*, o direito de apelar à Assembleia romana contra uma decisão de execução sem julgamento ou punição corporal. Constituíam, entre outras, uma série de exclusivas proteções legais contra a perseguição penal do Estado e imparciais decisões em litígios contra cidadãos politicamente influentes.

Em que pese vantagens econômicas, a cidadania permitia a participação em esquema de distribuição de terras públicas, assim como a aquisição de terras mais favoráveis, que poderiam ser alugadas e garantir renda. Isenções tributárias como do *tributum*, incidente

apenas em habitantes provinciais com o fito de financiar a manutenção do exército romano e obras públicas.

Liberdade de ir e vir em terras públicas rurais era outro privilégio. Os habitantes sem posse de cidadania tinham dificuldades maiores em legalmente migrar e transitar entre as províncias da república e império. Camponeses pobres de regiões de fronteiras eram proibidos de simplesmente abandonar suas vilas para fixar residência em zonas urbanas mais afluentes como em Roma, na Grécia e na Síria.

Por fim, no tocante aos direitos dos cidadãos, deve-se mencionar o irrestrito poder de invocar instituições de direito privado romano, com todos seus benefícios. Cidadãos romanos tinham, através do *ius commercium* e *ius conubium*, ambas restritas aos possuidores de *civitas*, a possibilidade de adjudicar de forma célere disputas comerciais e contrair o conteúdo patrimonial de heranças, respectivamente, o que gerava enormes vantagens financeiras e de perpetuação de poder econômico (GAUDEMMENT, 1967, p.525-534).

De importância similar ao direito de sufrágio era a primeira das obrigações do cidadão romano: o serviço militar compulsório. Os legionários eram compostos inteiramente por cidadãos romanos, já unidades auxiliares, especialmente no Império Tardio, podiam ser compostas por estrangeiros provinciais ou até bárbaros aliados, os *foederati*.

Estrangeiros, *peregrinus* e demais habitantes das províncias viam o alistamento em unidades militares complementares como um veículo para, com certo tempo de serviço, adquirir a cidadania.

Adicionalmente, havia a obrigação tributária, com diversos tipos próprios para cidadãos. Tributos incidiam sobre vendas de produtos e serviços, incluindo escravos, a herança (5% do patrimônio, nos termos da *vicesima hereditatium*) e, nos casos de romanos mais afluentes, com latifúndios rurais, a obrigação de prover mantimentos e meios de transporte para serviços postais e o exército romano.

Obrigações também existiam no relativo à vida pública romana. Cidadãos eram responsáveis por ocasionalmente agir como guardiões legais, testemunhas, juízes ou jurados, sempre arcando com os próprios custos.

Com a universalização gradual da cidadania romana, nos estágios intermediários e finais do império unificado, a posse de cidadania angariava menos privilégios em situações como disputas judiciais. A diferenciação de status não mais era suficiente, sendo suplantada pelo poder econômico e posição social das partes.

Ao longo de sua existência e expansão, a cidadania romana foi um seguro mecanismo legal de direitos e deveres, com um reconhecimento de identidade romana de força variável. As consequências de sua posse, apesar de decerto existirem falhas e descumprimento de preceitos, eram previsíveis e estáveis, o que proporcionava aos cidadãos romanos a segurança jurídica necessária para prosperar individualmente na seara financeira e vida privada e coletivamente, na totalidade das relações e negócios jurídicos da sociedade romana(NICOLET, 1980, p. 21-23).

3.2 AQUISIÇÃO DA CIDADANIA ROMANA

A cidadania romana, como exposto, tinha atrativos claros que motivavam a busca por sua aquisição. De proteções jurídicas a benefícios de locomoção e propriedade à admissão a cargos públicos e suas influências intrínsecas, o reconhecimento do status de cidadão era passo fundamental em ambições de ascensão socioeconômica(GARNSEY, 1970, p.266).

A obtenção da cidadania tinha diferentes caminhos, dependendo do pretendente. Filhos de cidadãos, ou cidadão homem com esposa de origem peregrina que tivessem sua relação formalizada em *conubium*, concessões especiais diretamente ao indivíduo como forma de recompensa, outorgas senatoriais ou imperiais a comunidades inteiras como na caso da Guerra Social, enfim, todos os caminhos levavam à cidadania para aqueles que seriamente a buscassem.

Existem exemplos históricos, importa mencionar, de recompensas oferecidas a boas ações de romanos sem cidadania. Nas cláusulas 48 e 49 da *Lex Acilia de repetundis*, que estipulava ocasiões de concessão de cidadania, é oferecido àquele romano que com sucesso acusasse e provasse alguém do crime de extorsão, a oportunidade de ou receber o direito de apelação(*ius provocationis*) e a isenção de serviço militar e demais obrigações cívicas ou adquirir a cidadania romana.

Na República Tardia, a prática de gerais concederem terras públicas e cidadanias a seus soldados foi sedimentada(MOURITSEN, 1998, p.90-91). Era uma forma de comprar abertamente sua lealdade, em detrimento da autoridade senatorial, o que acabou por gerar uma crise constitucional que desencadearia na série de guerras civis do primeiro e segundo triunvirato que trariam um fim à República.

Com o passar do tempo, na Roma Imperial, devido à remoção do serviço militar enquanto dever compulsório, a cidadania e sua concessão perderam o impacto e alavancagem política que antes carregavam.

4 NACIONALIDADE, IDENTIDADE E *ENFRANCHISEMENT*

A noção de identidade romana é uma que certamente varia enormemente dependendo do período a que se refere. De cidade-estado nas margens do Rio Tibre à potência dominante e até exclusiva do *mare nostrum*, houve uma “romanização” gradual de seus territórios e a expansão do que significa ser romano.

Uma das ferramentas de inclusão legal, que talvez atingisse este propósito de forma desapercibida, era a cidadania romana ou, mais especificamente, a expansão a seu acesso e todas os direitos e obrigações que a acompanhavam(MATTINGLY, 2011, p.206-207).

Os romanos são raramente considerados quando se pensa em um modelo democrático em civilizações clássicas, onde existem infindáveis alusões às conquistas atenienses nesse departamento, mas é erro crasso, até irresponsável, voluntariamente ou não esquecer as contribuições de Roma, através de seu ordenamento jurídico e não de práticas democráticas necessariamente consuetudinárias que também incluíam apenas homens livres cidadãos. Nos termos da historiadora britânica Mary Beard:

Roma Antiga é importante. Ignorar os romanos é não apenas fechar os olhos para o passado distante. Após 2 mil anos, ela continua na base do pensamento e da política ocidental, daquilo que escrevemos e do modo como vemos o mundo e nosso lugar nele. Roma nos legou ideias de liberdade e cidadania, assim como de exploração imperial, combinadas com um vocabulário de política moderna, desde “senadores” a “ditadores”.(BEARD, 2017, p.17)

Desde a origem e desenvolvimento da *jus gentium*, possibilitando, de forma sem precedentes, o acesso à jurisdição romana por estrangeiros destituídos de cidadania, ao Edito imperial de Caracala, em 212 d.C., concedendo a todos os habitantes do império a cidadania romana, com todos seus direitos e obrigações, Roma demonstrou sua disponibilidade e, talvez mais importante, capacidade, de assimilar uma quantia enorme de novos sujeitos que ensejavam participação política e prestação jurisdicional.

As mudanças pelas quais passou o povo e Estado romano, no relativo ao seu senso de identidade, acelerou drasticamente no período abordado neste trabalho, quando do término da Terceira Guerra Púnica(146 a.C.) e absorção de vastos territórios mediterrâneos ao domínio romano.

Serão estudados, por conseguinte, três dos referidos movimentos de expansão de cidadania, em seu sentido amplo(*enfranchisement*) e estrito como essas mudanças foram sentidas pela sociedade romana, seus impactos e suas consequências.

Trata-se, pois, das reformas dos irmãos Tibério e Caio Graco, da Guerra Social(91 a 88 a.C.) e do Edito de Caracala(212 d.C.).

4.1 REFORMAS DE TIBÉRIO E CAIO GRACO

Tanto Tibério como, em seguida, Caio, foram tribunos da plebe jovens, de origem da alta nobreza romana, condição *sine qua non* para terem conseguido articular politicamente com tanto sucesso suas propostas verdadeiramente revolucionárias e que tentavam atacar frontalmente questões duradouras em Roma.

Viveram em meados do séc II a.C., em um tempo onde a posição de tribuno da plebe e seus ocupantes assertavam cada vez mais poderes, faculdades e prerrogativas contra o Senado.

Eram também, ambos os irmãos, membros da facção política dos *Populares*, que tinham como base eleitoral e de poder o cidadão “comum” romano, distante das estruturas de poder, diametralmente opostos aos *Optimates*, que representava a classe aristocrática, de onde vinha a maior parte dos membros do Senado.

Nascido em 168 a.C. e tornado tribuno da plebe em 133 a.C., Tibério Graco era um idealista, com visões ousadas acerca de como deveria funcionar uma nova sociedade romana. Foi proponente, então, como medida inicial a realizar tais alterações, de uma ampla reforma agrária do território da Itália, unificado e pacificado por Roma no século anterior. Ele o fez, curiosamente, estando em oposição a seu primo e cunhado, Cipião Emiliano, que liderou a vitória final de Roma contra Cartago na Terceira Guerra Púnica(146 a.C.) e neto de Cipião Africano, que derrotou Aníbal em Zama e venceu a Segunda Guerra Púnica.

A classe aristocrática de Roma, impera ressaltar, logrou integralmente os benefícios da pacificação do espaço rural da Itália. As pequenas propriedades familiares foram substituídas por enormes latifúndios, de propriedade oligárquica e mão-de-obra escrava, com uma vila ou casarão central e equipamentos para o cultivo de larga escala.

Isso não significa que não houvesse disposições legais a engajar essa problemática. A *ager publicus*, nome dado às terras públicas romanas, eram adquiridas usualmente quando da conquista de novos territórios, como no caso da Itália por Roma.

4.1.1 TIBÉRIO GRACO

Em 367 a.C., dois tribunos da plebe, *Gaius Licinius Stolo* e *Lucius Sextius Sextinus Lateranus*, promulgaram legislação determinando que o limite individual de propriedade por um indivíduo de terra considerada *ager publicus* era de 500 *iugeras* (325 acres ou 130 hectares).

Essas terras, na ocasião da conquista de novos territórios por Roma, eram doadas com fins de colonização, muitas vezes para soldados dos generais romanos que a conquistaram para suas aposentadorias por tempo de serviço.

Pois bem, Tibério propôs então não uma reforma agrária como se concebe em tempos atuais, diga-se, através de uma redistribuição de terras de uns para outros, mas uma reimposição do limite de 500 *iugeres*, que vinha sido amplamente desrespeitado e dando as terras excedentes, em desrespeito ao limite legal, a cidadãos urbanos pobres para que pudessem ser de fato trabalhadas e tornadas produtivas e a norma jurídica em si respeitada.

Sua proposta também tinha em mente assegurar a esses cidadãos romanos pobres a quantia mínima de terra necessária à qualificação ao serviço militar. Era algo benéfico a esses indivíduos, pois a carreira militar denotava certo prestígio e ascensão social, salário determinado e possível aposentadoria confortável. Ao Estado romano, seria útil dada a defasagem identificada por Tibério na qualidade e quantidade do recrutamento militar romano em virtude dos crescentes empecilhos para iniciar a carreira (APIANO, 2018, p.12-13).

O fato é que seu plano de reforma é deveras menos radical do que o imaginário coletivo acadêmico considera, tendo suporte consistente, não obstante a existência de oposição à medida. Assim considera Michael Grant:

A medida não poderia ser considerada demasiadamente radical: Tibério tinha o suporte de vários homens públicos relevantes, incluindo seu sogro, que era líder do Senado, um dos dois cônsules e o irmão desse cônsul, o homem mais rico de Roma. Havia, entretanto, forte oposição aos tipos de plano que Tibério tinha em mente, não apenas por Cipião Emiliano, mas por outros senadores que eram ativos politicamente

na cidade - e suas objeções levaram Tibério a aprovar medidas de natureza mais autoritária e unilateral.(GRANT, 1993, p.145-146, tradução nossa)

Pragmatismo inicial à parte, a propositura de sua reforma se deu de maneira cada vez mais desatenta às questões procedimentais. Deparado com obstruções senatoriais à apreciação das medidas, seguindo o conselho de aliados políticos, levou a questão à Assembleia.

Ao fazê-lo, indo de encontro ao costume, teve a medida vetada pelo co-tribuno da plebe, que também propôs sua remoção enquanto tribuno da plebe, também sem precedente costumeiro.

O que se segue é uma série de manobras políticas na linha tênue entre permitido e ilícito. Após cortes de fundos de sua comissão da reforma agrária e disputas acerca de rendas e seu destino para os pretensos colonos, Tibério declarou, novamente na margem da legalidade, intenção de se reeleger tribuno, para ter o tempo hábil a concretizar seus planos(BEARD, 2017, p.223-224).

Com o receio, real ou fabricado, da emergência de uma figura autoritária e tirânica, um grupo de senadores e seus adeptos se dirigiu à Assembleia e espancou Tibério até a morte, junto com 300 de seus seguidores, sendo a primeira vez em 400 anos que sangue de membros da alta classe da administração romana era derramado por fins políticos, iniciando uma prática de violência política adversarial que culminaria na queda da República(GOLDSWORTHY, 2006, p.26).

4.1.2 CAIO GRACO

Quando teve notícia da morte de Tibério, conquanto trágicas as circunstâncias, Cipião Emiliano, seu rival, liderou o Senado em medidas retaliatórias contra aqueles que apoiaram seu projeto, apesar de falharem em acabar com as atividades dos comissionários agrários, pois ainda tinham suporte inclusive de membros conservadores do Senado, que esperam obter votos de eleitores dos *Populares*, destacando que sua oposição era ao desrespeito de Tibério às normas procedimentais romanas, não à sua pessoa.

Dessa comissão, foi eleito um novo tribuno da plebe, em 123 a.C., Caio Graco, irmão mais novo de Tibério Graco. Tinha o mesmo viés politicamente ousado de seu irmão, mas suas ambições era mais heterogêneas.

Considerado um exímio orador, Caio teve sucesso em angariar apoio político mais facilmente, incluindo para avançar a causa agrária de Tibério, evitando aparências de ação unilateral ou desconsideração às normas legais, positivadas ou não. Evidência de suas habilidades em manobrar politicamente é o fato de ter conseguido o que seu irmão não pôde: a reeleição enquanto tribuno (PLUTARCO, 1965, p. 325).

Uma das primeiras ações de Caio foi propor, em moldes similares a Tibério, a colonização de terras públicas, com a inovação de que poderiam ser fundadas colônias além da Itália, em territórios conquistados, notadamente Cartago. Essa noção era controversa, dado que a ocupação e desenvolvimento de terras ultramarinas era algo inédito, associado aos gregos.

Eram o objeto central dos planos de colonização regional e ultramarina os pobres urbanos, como anteriormente. Ocorre que Caio detinha uma visão própria, de que o mero envio de cidadãos urbanos e a doação de terras era por vezes imprático e certamente insuficiente para sanar os problemas sociais das classes mais baixas da sociedade romana. As colônias puderam ser construídas na Itália e em Cartago, mas Caio se certificou de produzir legislação adicional em favor da abordada classe.

Como uma manifestação prévia de um Estado de bem-estar social, ele trouxe à tona normas que subsidiariam o grão, controlando seu preço e expandindo seu acesso, o que afetou sua imagem pessoal de reformador pragmático, fundamentando acusações de personalidade revolucionária e de reiteração do *modus operandi* de seu irmão.

Desconsiderando surgente impopularidade, aprovou leis em favor dos romanos socialmente vulneráveis, como a proibição do recrutamento militar obrigatório de menores de dezessete anos e o dever do Estado de arcar com as despesas com equipamento básico daqueles alistados. Outra regulação de destaque foi sua lei que impunha a pena de morte para qualquer juiz que tivesse comprovada participação em recebimento de propina para condenar romano factualmente inocente.

Em 121 a.C., após perda de apoio popular e ter falhado em conseguir uma terceira eleição para tribuno da plebe, o Senado passou, pela primeira vez em sua história, em resposta a um estopim na forma de um confronto violento de limitada importância em si, o *Senatus consultum ultimum*, que lhe concedia o poder de declarar qualquer pessoa inimiga do Estado e executá-la sem um julgamento.

Um dos cônsules, *Opimius*, que convenceu o Senado a passar o decreto senatorial, liderou pessoalmente senadores e seguidores para assassinar Caio, que, com ciência da iminência de sua morte, tirou a própria vida.

Assim como Tibério, posteriormente a seu suicídio, seus oponentes políticos atacaram suas reformas, buscando revertê-las, com sucesso limitado. O programa de concessão e subsídio aos grãos, por exemplo, foi de indubitável sucesso, perdurando até mesmo ao período imperial.

Conclui-se que o legado dos irmãos Graco, mais do que o conteúdo de suas reformas pontuais, foi o do impacto causado na forma de fazer política em Roma, com um descaso para com os procedimentos legais e costumes. A força política, restava, em uma tendência que continuaria até o fim da República no século seguinte, em articulações, manobras e ações políticas e militares cujos fins importavam quase que exclusivamente e os meios não mais puxavam para si importância simbólica ou coercitiva.

4.2 GUERRA SOCIAL

A Guerra Social, alternativamente intitulada Guerra Itálica, Guerra Mársica ou Guerra dos Aliados, foi um conflito ocorrido em 91-87 a.C. entre os romanos e os *socii* ou sócios, aqueles povos não-romanos da Itália, que haviam se alinhado e declarado aliança e lealdade a Roma, em especial após as Guerras Samnitas, que sedimentaram o domínio hegemônico dos romanos sobre a península itálica(DURANT, 1944, p.76)

Entre todos os conflitos pelos quais Roma passou, a Guerra Social está entre os mais cruciais. Com o seu desfecho, a Itália se viu finalmente unificada *de facto* e romanizada, dando a Roma um eixo territorial basilar cuja economia e disponibilidade de homens para recrutamento militar serviria como base para futuras conquistas e projeção de poder. Também foi responsável pela adoção do latim como língua franca na península, no lugar dos diversos idiomas e dialetos locais.

Para Tucídides, a “explicação verdadeira” dos motivos causais do conflito foi a recusa por Roma em conceder a cidadania romana a seus aliados italianos, que, *ipso facto*, rebelaram-se. Mesmo tendo lutado ao lado dos romanos por várias guerras, de porte variável, incluindo as Guerras Púnicas, com lealdade formidável, recusando-se, por exemplo, a abandonar os romanos após a devastadora vitória dos cartagineses em Cannae, eram ainda

sim governados, com representação e direitos limitados, em essência como demais províncias romanas além da Itália, sem a mesma ligação cultural e histórico de aliança.

Os italianos tinham como concessão, todavia, algumas facilidades e direitos, como autonomia político-legislativa local, o uso das terras públicas(*ager publicus*), assim como os romanos, prerrogativas adicionais em relações comerciais e o direito de compartilhar de ganhos pecuniários advindos de vitórias militares(PATTERSON, 2006, p.606-624).

Os *socii* não tiveram anseio abrupto de rebelião. Houve um lento processo de realização de seu status inferior e da insustentabilidade dessa condição. A percepção tem origem primariamente nas classes mais altas das comunidades italianas, não tanto da população ordinária. O anseio era poder participar no processo decisório de forma mais inclusiva.

Lívio aponta que desde o momento político dos irmãos Graco, já se percebia inquietação. Terras públicas concedidas a proprietários italianos eram confiscadas, sem a possibilidade de um recurso legal e as elites locais não tinham a influência legislativa em Roma para forçar mais próxima participação nas boas fortunas financeiras de Roma pós-146 a.C. É perceptível a emergente desigualdade econômica e social entre Roma e os *socii* nas décadas em tela, agravada pela concentração fundiária.

Em 95 a.C., algum tempo depois, foi aprovada a *Lex Licinia Mucia*, o que gerou animosidade incomum entre Roma e os aliados italianos, pois determinava punições àqueles que adquirissem através de fraude a cidadania romana, sendo considerada como indiretamente destinada aos *socii*.

Em 92 a.C., o tribuno Marco Lívio Druso havia prometido aos italianos a concessão da cidadania se eles financiassem uma de suas moções de distribuição de terra. O Senado, entretanto, assassinou Druso no ano seguinte, em 91 a.C., o que catalisou a angústia dos *socii*, que vinha se exacerbando já há algumas décadas. No mesmo ano, os italiano, aliados à Roma há séculos, declararam independência e deram início à guerra.

Após prolongado conflito, onde Roma e os *socii* que permaneceram leais engajaram militarmente os rebeldes, os romanos perceberam que o único remédio diplomático a trazer um fim ao conflito era a redefinição da relação entre Roma e o resto da Itália, na forma, principalmente, da concessão da cidadania.

Em 90 a.C., Lúcio Júlio César propôs e aprovou a *Lex Iulia*, que concedia cidadania romana a todas as cidades italianas aliadas que não haviam se revoltado. A oferta devia ser ratificada por cada comunidade local, através de votação, antes que pudesse de fato vigorar.

Com a lealdade de parcialidade das comunidades italianas, Roma pôde derrotar os rebeldes. Em 88 a.C., somente os samnitas continuavam em revolta, mas a guerra havia na prática chegado ao fim.(SMITH, 1870, p.735)

A *Lex Plautia Papiria* foi uma lei derivada do resultado de um plebiscito durante a Guerra Social. Ela estendeu a cidadania romana a todas as comunidades italianas, dessa vez incluindo aquelas que haviam se rebelado. Cícero elencava, em suas “Orações”, as condições para se qualificar ao recebimento da cidadania:

A liberdade da cidade era concedida de acordo com as provisões da lei de *Silvanus e Carbo*: Se qualquer homem tivesse sido cidadão das cidades confederadas e, se quando a lei foi passada, ele tivesse residência na Itália e se no período de sessenta dias ele tiver se dirigido a um pretor. (CÍCERO, 1856, p. 36)

A Guerra Social foi um conflito militarmente ordinário, suas consequências o mais longe disso. Ao seu fim, é realizado uma das mais notáveis expansões de direitos da história clássica e como um todo, análoga aos mais relevantes documentos de direitos humanos iluministas. Foi responsável por mudar profundamente o que significava ser romano, sendo então a Itália inteira uma extensão política e étnica da cidade de Roma.

4.3 ÉDITO DE CARACALA

Resolvida a “questão italiana”, Roma conseguiu pacificar o coração de seu território, aprendendo como lidar com povos conquistados, para além do uso da força e supressão, usando o *enfranchisement* político e de direitos para aquietar distúrbios locais, dando a todos os novos povos sob a tutela jurisdicional e soberania romana uma quantidade mínima de direitos fundamentais, de forma que o anseio por rebeliões fosse temperado pela falta de motivos ensejadores(LIM, 2010, p.144).

O período da República Tardia trouxe uma nova onda de conquistas militares, da proporção similar às Guerras Púnicas de outrora. Júlio César conquistou a Gália decisivamente em 50 a.C. e seu filho postumamente reconhecido, Otávio, que viria a se se

tornar *princeps* ou primeiro cidadão, iniciando na prática o período imperial e pondo fim à República, absorveu os Estados clientes do Egito e na Germânia.

Essa prática de conquista constante continuou até 117 d.C., quando o Império Romano, no reinado do Imperador Trajano, atingiu sua extensão territorial máxima, incorporando vastos territórios do Império Parta, na Armênia e Mesopotâmia.

O que se seguiu foi a consolidação dos ganhos territoriais por parte de seu sucessor, Adriano, que definiu o Reno e o Danúbio como fronteiras semi-permanentes na Europa, abandonou voluntariamente os ganhos no Oriente Médio em troca de estabilidade e construiu a muralha de Adriano, na Britânia, delineando a fronteira norte, com os Pictos da Escócia.

Passado cerca de um século de boa governança e estabilidade imperial, com uma sucessão de bons imperadores, o imperador Caracala, em 212 d.C., decretou que todos os habitantes livres do Império Romano, onde quer que tivessem residência, da Síria à Britânia, passariam a ser cidadãos romanos(HUMFRESS, 2013, p.87).

A *Constitutio Antoniniana*, dispositivo legal através do qual se deu o Édito, foi, assim como a *Lex Iulia* e *Lex Plautia Papiria*, um documento absolutamente revolucionário, onde se outorgou o *enfranchisement* de mais de 30 milhões de habitantes do império, sendo “um dos maiores atos isolados de concessão de cidadania - se não o maior - da história da humanidade.

O contexto do decreto, assim como sua motivação, é algo que intriga os historiadores. Possui motivação incerta, passível de debate, inexistindo ligação clara entre uma demanda duradoura como no caso da concessão aos italianos.

Alguns ponderam se foi outorgado o Édito com fins tributários, como o faz *Cassius Dio*, historiador romano e detrator político do Imperador Caracala, quando em seus escritos analisava os porquês da legislação:

Essa foi a razão pela qual ele tornou todos os habitantes cidadãos imperiais; nominalmente eles os honrava, mas seu objetivo real era aumentar sua receita tributária a todos os custos, uma vez que estrangeiros e peregrinus não deviam pagar a maioria dos impostos.(DIO, História Romana, p.78, tradução nossa)

Tem-se que o Édito de Caracala marca um período incisivo na expansão às províncias, em consequência da cidadania, do direito privado civil romano, sendo as divisas entre *jus civile* e *jus gentium* amenizadas.

Boa parte do direito privado romano deve ser reescrito e reinterpretado para que pudesse ser devidamente aplicado nas províncias. De tal forma, os documentos e constituições imperiais, passaram a partir de então, a ser principal fonte de direito romano.

5 CONCLUSÃO

Após a análise do conteúdo presente nos tópicos superiores, é possível compreender a inter-relação entre o direito, identidade e cidadania romana, assim como o contexto do desenvolvimento histórica dessa ligação.

Roma nunca teve ambições militares expansionistas *a priori*. Sua existência monárquica e republicana inicial era meramente ordinária, enquanto apenas mais uma cidade-estado no Lácio, na Itália Central.

A série de conflitos aparentemente inafastáveis e matérias de destino foram na verdade consequências geopolíticas umas das outras. Ao derrotar os etruscos, se viu em conflito com os samnitas e demais comunidades italianas. Derrotando-as e unificando a Itália, entrou em rota de colisão com Cartago devido à Sicília e assim por diante.

O presente trabalho buscou demonstrar como, a partir da aceleração desse processo de conquistas e absorção de novos povos sob sua égide e soberania, acelerado no período da República Tardia, em 146 a.C. e culminando no fim do Império Inicial, com o Édito de Caracala, em 212 d.C., Roma se encontrou em uma posição onde havia enorme pressão em seu cada vez mais inadequado corpo de direito para regulamentar a relação entre seus habitantes.

De tal forma, o direito romano evoluiu para abarcar, na medida do possível, a heterogeneidade de relações e negócios jurídicos de origem romana e dos antigos ordenamentos dos povos conquistados (BEARD, 2017, p.56). O *jus gentium*, portanto, facilitou, com seus critérios diretos, flexíveis e consuetudinários a aceitação por parte dos povos conquistados de viver em sua nova realidade política, juntamente com as notórias melhorias de infraestrutura e acesso comercial trazidas pela engenhosidade romana.

A cidadania romana foi o instrumento jurídico mais eficaz no alcance do objetivo de pacificação social. Diferente da visão moderna de cidadania enquanto direito oriundo da relação com o Estado, seguindo uma visão contratualista, a cidadania romana era um privilégio, um reconhecimento de valor, identidade ou serviço à sociedade romana.

Por isso mesmo sua expansão foi gradual, muitas vezes até violenta, como visto no presente trabalho, quando a ideia de aquisição por merecimento, por parte de indivíduos ou comunidades, era tida como desrespeitada.

O Édito de Caracala, veio, por fim, para sedimentar as lentas conquistas do povo romano e o reconhecimento de seus direitos. Independentemente dos motivos por trás de sua outorga, constitui o fim, é arguido, do longo processo de *enfranchisement* do *Senatus Populusque Romanus*.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, William, **Introduction to Roman Law**. Forgotten Books, 2018.
- ALVES, José Carlos Moreira, **Direito Romano, volume I**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1991.
- APIANO, **História Romana, Guerras Civis**. 2013.
- BEARD, Mary, **SPQR**. 1ª Ed. Crítica, 2017.
- BERGER, Adolph, **Encyclopedic Dictionary of Roman Law**. 1953.
- BORGES DE MACEDO, **O Nascimento do Direito Internacional**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.
- CÍCERO, Marco Túlio, **Orações**. C.D.Young, 1856.
- _____, **De Officiis**. 1969.
- COLISH, Marcia L., **The Stoic Tradition**. 1969.
- COULANGES, Fustel de, **A Cidade Antiga**. São Paulo: Editora das Américas, 1961.
- CROOK, John Anthony, **Law and Life in Rome**. Cornell University Press, 1967.
- DE MACEDO, Borges, **O Nascimento do Direito Internacional**. 1ªEd. Unisinos, 2009
- DIO, Cássio, **História Romana**. Wentworth Press, 2019.
- DURANT, Will, **Caesar and Christ. Col: The Story of Civilization**. Nova Iorque: Editora Simon and Schuster, 1944
- GAIO, **Corpus Iuris Civilis**. Ed. Krueger e Mommsen Berlim: Weidmann, 1908.
- _____, **Gai Institutionum Commentarii Quattuor**. Forgotten Books, 2018.
- _____, **Institutas**. 1ª Ed. Revista dos Tribunais, 2004.
- GARDNER, Jane F., **The Legendary Past: Roman Myths**. University of Texas, 1993.
- GARNSEY, Peter, **The Roman Empire: Economy, Society and Culture**. University of California Press, 2014.
- GAUDEMET, Jean, **Institutions de l'Antiquité**. 1967.
- GOLDSWORTHY, Adrian, **Caesar: Life of a Colossus**. Editora da Universidade de Yale, 2006.

GRANT, Michael, **“The History of Rome”**. 3ª Ed. Faber and Faber, 1993.

GRÓCIO, Hugo, **O Direito da Guerra e da Paz**. 1625.

HARRIES, Jill, **Imperial Rome**. 1ª Ed. Editora da Universidade de Edimburgo, 2012.

HORVAT, M., **Rimsko Pravo**. Zagreb, 2002.

HUMFRESS, Caroline, **Laws’ Empire: Roman Universalism and Legal Practice**. Ed. du Plessis. Edimburgo: Editora da Universidade de Edimburgo, 2013.

JOLOWICZ, **Historical Introduction to the Study of Roman Law**. 1967.

JÚNIOR, J. Cretella, **Curso de Direito Romano**. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

KASER, M., **Direito Privado Romano**. 2ª Ed. Calouste, 2011.

LIM, Richard, **The Edinburgh Companion to Ancient Greece and Rome**. Edimburgo, Editora da Universidade de Edimburgo, 2010.

MARKY, Thomas, **Curso Elementar de Direito Romano**. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MOURITSEN, H., **Italian Unificatin: a Study in Ancient and Modern Historiography**. Londres, 1998.

MATTINGLY, D.J., **Dialogues in Roman Imperialism**. Portsmouth, 2011.

NICOLET, Claude, **The World of the Citizen in Republican Rome**. Berkeley: Editora da Universidade da Califórnia, 1976.

SCHILLER, Arthur, **Roman Law: Mechanisms of Development**. Editora Walter de Gruyter, 1978

_____, **Bureaucracy and the Roman Law**. 1949

SMITH, William, **A Dictionary of Greek and Roman Antiquities**. Londres, 1875

_____, **Dictionary of Greek and Roman Biography and mythology**. Boston, 1870.

PATTERSON, John R., **Rome and Italy**. 2006.

PLUTARCO, **MAKERS OF ROME**. Editora Penguin Books, 1965.

TUCCI, J.R.C. & AZEVEDO, **Lições de História do Processo Civil Romano**. 2ª Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

ULPIANO, **Regras**. 1ª Ed. Edipro, 2002.

WELLS, H.G., **História Universal**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

